

## Projeto Temático

### **Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle**

#### *fluxo segurança*

#### **Síntese dos Relatórios de Iniciação Científica**

**Projeto de IC/fluxo segurança (IC/FS I): “As políticas de segurança da União Europeia: a Estratégia Europeia de Segurança (EES)”**; bolsista Patrícia Müzel de Paiva

**Projeto de IC/fluxo segurança (IC/FS II): “As políticas de segurança na América do Sul: a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Conselho de Defesa Sul-Americano”**; bolsista Felipe Massao Milanez Ito.

A coordenação do Projeto Temático Ecopolítica apresentou, em 2012, dois projetos de Iniciação Científica (IC) vinculados ao *fluxo segurança*: “As políticas de segurança da União Europeia: a Estratégia Europeia de Segurança (EES)” e “As políticas de segurança na América do Sul: a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Conselho de Defesa Sul-Americano”. Após aprovação das duas solicitações de IC foi publicado edital para processo de seleção que aprovou Patrícia Müzel de Paiva (para o primeiro) e Felipe Massao Milanez Ito (para o segundo), ambos estudantes da graduação em Relações Internacionais da PUC-SP.

As pesquisas foram iniciadas em agosto de 2012, com orientação do Prof. Dr. Edson Passetti e coorientação do Prof. Dr. Thiago Rodrigues, pesquisador responsável pelo *fluxo segurança*. A presente síntese refere-se aos **resultados parciais** dos dois projetos de IC.

A proposição dessas pesquisas de IC justificou-se pela meta do fluxo segurança em desenvolver, a partir de 2012, análises referentes aos processos de integração regional nos seus aspectos de segurança. Interessava analisar documentos produzidos por Estados e instâncias do dispositivo diplomático-militar dos países-membros de modo a levantar dados empíricos sobre o processo de constituição de dispositivos regionais de segurança. A emergência desses dispositivos indicaria, como sustenta uma das hipóteses gerais trabalhadas por esse fluxo temático, o despontar de novo conceito de segurança e novas práticas de defesa do Estado tratadas em âmbito regional quando da identificação de “ameaças” regionais e/ou transterritoriais.

Os projetos focaram no mais antigo e burocratizado dos atuais processos de integração regional – o europeu – e no ainda novo e pouco institucionalizado processo de integração da

Unasul. Cada um dos projetos focou na prospecção, levantamento e sistematização inicial dos documentos relacionados aos temas de segurança regional.

Assim, o IC/FS I dedicou-se a dois documentos produzidos pelo Conselho Europeu: a Estratégia Europeia de Segurança (EES), de 2003, e o Relatório para a Execução da Estratégia Europeia de Segurança, de 2003. A bolsista de IC realizou um levantamento do processo de formação da integração europeia no pós-II Guerra Mundial, enfatizando que o componente de segurança estava presente desde seus inícios, fato poucas vezes salientado pelos estudos de cunho econômico-comercial ou liberal-cosmopolita. Essa contextualização histórica consta do relatório parcial, bem como, o mapeamento inicial dos dois documentos citados acima. Patrícia Paiva identificou os principais “temas de segurança” definidos pelo Conselho da Europa, constatando o destaque dado às chamadas “novas ameaças”: imigrações, crime organizado transnacional, mudanças/desastres climáticos. A bolsista enfatizou o tema das “ameaças climáticas” seguindo a orientação geral estabelecida para o *fluxo segurança* no ano de 2012.

O relatório registra o discurso de segurança da União Europeia e as decisões formais encaminhadas para o enfrentamento dessas “ameaças”. Cabe, para o segundo semestre de pesquisa, o levantamento das políticas efetivamente colocadas em marcha pela UE a partir das diretrizes estabelecidas nos documentos analisados no período que vai da publicação da EES até 2013, ano da conclusão da pesquisa. Adicionalmente, será dada ênfase à associação entre “segurança” e “desenvolvimento” no discurso de segurança europeu, procurando evidências empíricas na análise de documentação primária e na análise de literatura especializada sobre a questão, conforme a bolsista indica no final do seu relatório.

A pesquisa IC/FS II percorreu caminho semelhante, mas no contexto sul-americano contemporâneo. O bolsista analisou e sistematizou documentos produzidos pela Unasul, com destaque para o Tratado Constitutivo da Unasul, de 2008, a Carta de Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, também de 2008, além de documentos editados pelo Conselho de Chefes de Estado e de Governo da Unasul que trataram de questões de segurança e “ameaças regionais”. Felipe Ito apresentou, também, histórico recente do processo de integração regional, destacando o ineditismo da proposta de um Conselho de Defesa como tentativa de articular conceitos de segurança e políticas de defesa. O bolsista ainda indicou a relação que pode ser estabelecida entre as Metas do Milênio da ONU e as metas de segurança e defesa regionais elencadas pela Unasul, assinalando a correlação entre o regional e o planetário que interessa demarcar e analisar no Projeto Temático.

No segundo semestre dessa pesquisa de IC, o bolsista atualizará o levantamento de documentação primária sobre segurança e defesa na Unasul e no Conselho de Defesa Sul-Americano, sistematizando as resoluções desse Conselho e das reuniões de Ministros de Relações Exteriores e de Defesa realizados entre 2009 e 2013, com atenção a como as questões de “desenvolvimento” e “segurança” são articuladas no âmbito da Unasul.

As duas pesquisas de IC reuniram com êxito tratados e declarações que reúnem os discursos de segurança elaborado pelas instâncias executivas da União Europeia e da Unasul na primeira década do século XXI, contribuindo com dados empíricos para as análises que têm sido produzidas no *fluxo segurança*. A continuidade das pesquisas de IC trará material adicional para o trabalho da hipótese de produção de um *dispositivo de segurança planetário na ecopolítica* que redimensiona a segurança internacional – compreendida como articulação de dispositivos

diplomático-militares dos Estados – em novos arranjos que combinam dimensões estatais, privadas, de organizações internacionais e de organizações da sociedade civil.

**Projeto de IC/fluxo segurança desenvolvido na Universidade Federal Fluminense:**  
**“Brasil, Forças Armadas e a Segurança Climática: a securitização do meio ambiente?”;**  
**bolsista Lucas Garbois Mattos.**

No início dos anos 1990, o fim da Guerra Fria propiciou a emergência de novos temas de segurança. A ênfase na segurança nacional foi redimensionada com a entrada em cena de novas questões que passaram a ser tidas como ameaças não apenas aos Estados, mas também, às populações nacionais e ao planeta como um todo. Um dos mais notáveis “novos problemas de segurança” ficou conhecido na literatura das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos como *segurança climática*. Esse termo refere-se às medidas necessárias para enfrentar a acentuada degradação ambiental produzida pela humanidade, vinculando-a a novas modalidades de conflitos – as *guerras climáticas* – e à própria urgência de que cada Estado regule e controle a exploração sustentável das suas riquezas naturais. O Brasil, nesse contexto, passou a ocupar lugar de destaque. O incalculável patrimônio natural do país – e o correlato alto nível de degradação ambiental – fizeram com que a questão ambiental brasileira passasse a ser alvo de preocupação internacional e mobilização social e política doméstica. A atenção mundial – representada pela ação da ONU e de outros países isoladamente –, a presença e pressão de ONGs nacionais e estrangeiras e o debate entre desenvolvimentistas e preservacionistas tornaram-se questões para o Estado brasileiro e uma preocupação de segurança para as Forças Armadas, em especial no que se refere à Amazônia. A pesquisa, por meio do referencial da *teoria da securitização*, pretende estudar como a questão ambiental tem sido tratada como problema de segurança pelas Forças Armadas brasileiras, tendo como delimitação jurídico-política e temporal o período que vai da realização Cúpula da Terra (Eco-92) até a aprovação do Novo Código Florestal Brasileiro, em 2011.